

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BELÉM-PA

Angela Costa de Sousa ¹
Amélia Maria Araújo Mesquita ²

INTRODUÇÃO

O município de Belém tem trilhado caminhos na direção de consolidar uma cultura de educação inclusiva nas escolas públicas da rede municipal de ensino desde o final da década de 1990, com o projeto Escola Cabana.

Este trabalho tem como propósito compartilhar o resultado de uma pesquisa exploratória realizada na rede pública municipal de ensino de Belém nos meses de abril e maio de 2019 com a finalidade de averiguar o cenário da educação especial nesta rede de ensino após a implementação do Plano Municipal de Educação deste município, que é o documento orientador da política educacional municipal. Objetivo Geral foi: identificar o que a secretaria municipal de educação de Belém tem realizado nos últimos cinco (05) anos para garantir a inclusão de alunos público-alvo da educação especial em sua rede de ensino. Os objetivos específicos foram: Identificar por meio do censo escolar o quantitativo de matrícula geral da rede municipal de educação de Belém; Conhecer a demanda de atendimento educacional especializado (AEE) da rede; Verificar de que forma a secretaria municipal de educação tem garantido o acesso e a permanência dos alunos público-alvo da educação especial em sua rede de ensino.

Os procedimentos metodológicos adotados foram: leitura do Plano Municipal de Educação de Belém (PME: 2015-2025) para identificar as estratégias definidas para viabilizar a meta 4, que versa sobre a universalização do acesso a educação básica e ao atendimento educacional especializado para o público-alvo da educação especial na faixa etária de 4 a 17 anos de idade; Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2016); Plano Plurianual do município de Belém, de 2017, elaborado para o quadriênio (2018-2021); Resolução nº 012/2007, que fixa as diretrizes e normas para o atendimento educacional especializado no Sistema Municipal de Ensino de Belém; Censo escolar dos últimos 5 anos e Anuário Estatístico do município de Belém (2019).

Os resultados encontrados apontam para um crescimento do número de matrícula de alunos público-alvo da educação especial na rede pública de ensino de Belém nos últimos cinco (05) anos, também houve ampliação do número de salas de recursos e investimento formação de professores.

Conclui-se que no município de Belém desde os anos 2000 vem crescendo o número de ações e políticas que favorecem a educação especial na perspectiva de educação inclusiva. Atualmente tem-se uma infinidade de documentos nacionais e locais que visam fortalecer a educação inclusiva e com isso a política de educação especial aos poucos tem sido implementada no município de Belém, trilhando caminho rumo a uma cultura educacional inclusiva.

METODOLOGIA

¹ Mestranda do curso de mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), da Universidade Federal do Pará-UFPA - PA, angeladisousa@hotmail.com;

² Orientadora pelo Curso de mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), da Universidade Federal do Pará-UFPA - PA, amelia.mesquita05@gmail.com;

Esta pesquisa exploratória consistiu no levantamento de documentos municipais de Belém que dão subsídios para a implementação da educação especial na perspectiva inclusiva na rede municipal de ensino de Belém. Nessa busca foram encontrados quatro (04) documentos, a saber: Resolução nº 012/2007, que fixa as diretrizes e normas para o atendimento educacional especializado no Sistema Municipal de Ensino de Belém; Plano Municipal de Educação de Belém (PME: 2015-2025); Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2016); Plano Plurianual do município de Belém, de 2017, elaborado para o quadriênio (2018-2021). Além desses, foi usado também o Anuário Estatístico do município de Belém (2019) e o Censo escolar dos últimos cinco (05) anos. Portanto, para a coleta de dados utilizou-se a pesquisa documental realizada em sítios eletrônicos do município de Belém e banco de dados do INEP.

Após a etapa da identificação e seleção desses documentos foi realizada a leitura dos mesmos com a finalidade de se apropriar a respeito do que é proposto nestes documentos em termos de políticas, programas e ações para a implementação da educação especial na perspectiva inclusiva na rede municipal de ensino de Belém.

Para a análise e sistematização dos dados utilizou-se a análise de conteúdo, de Franco (2003). Definiu-se como categoria de análise: Ensino; Atendimento Educacional Especializado (AEE); Qualificação profissional; Infraestrutura.

DESENVOLVIMENTO

Seguindo as orientações propostas pelo governo Federal e por organismos internacionais para as políticas públicas educacionais, o município de Belém tem trilhado caminhos na direção de consolidar uma cultura de educação inclusiva nas escolas públicas da rede municipal de ensino desde o final da década de 1990, com o projeto Escola Cabana. Desde então tem surgido no município de Belém ações voltadas a consolidar em seu sistema de municipal de ensino a cultura de educação na perspectiva inclusiva nas décadas seguintes até aos dias atuais.

Segundo Oliveira (2012), o primeiro atendimento escolar numa perspectiva de educação inclusiva aos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns do ensino regular no município de Belém ocorreu ainda em 1997. Naquele ano, cerca de quarenta e oito (48) alunos foram atendidos em salas regulares. Além disso, o atendimento especializado era realizado nos Espaços de Inclusão e Vivências (EIVS). Esses espaços eram compostos por professores, assistentes sociais e psicólogos. Os EIVS eram os locais de avaliação das crianças para ver a necessidade de atendimento especializado, mas também havia avaliação por meio do acompanhando dos alunos nas salas regulares nas escolas. Nesse período, a rede municipal ainda não possuía salas de recursos multifuncionais. Os EIVS permaneceram na Rede até mais ou menos 2005. Essa autora acrescenta ainda que:

Em 2004 a educação especial recebeu as primeiras salas de recursos multifuncionais (07) de dois tipos (I e II). A do tipo I era para atendimento a pessoas com deficiência visual e a outra para atender as outras deficiências. Atualmente possui 18 salas de recursos multifuncionais para atender a todos os tipos de deficiências, altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento. As salas de recursos são desdobramentos do Programa de Educação Inclusiva de Direito à Diversidade do MEC. A Secretaria (SEMEC) segue as normas da Política Federal do MEC em relação às salas de recursos multifuncionais (OLIVEIRA, 2012, p.12).

Em 2007, a Resolução n.12/2007 fixou as Diretrizes e normas educacionais e pedagógica para o atendimento dos educandos com necessidades especiais no Sistema

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Municipal de Ensino de Belém. Esta Resolução sinaliza para a consolidação de um sistema municipal de educação que se fundamente numa perspectiva de educação inclusiva, assegurando a oportunidade de acesso, permanência e prosseguimento nos estudos. Propõem ações que deverão prover:

- I - redimensionamento do quadro de profissionais para a garantia do atendimento inclusivo;
- II – formação continuada e permanente dos recursos humanos que atuam na docência, gestão e demais áreas do processo educativo;
- III- adoção de medidas de acessibilidade à informação, à comunicação e à mobilidade, através da aquisição de recursos, mobiliários e equipamentos adaptados;
- IV- construção e manutenção de uma rede de apoio para desenvolvimento de práticas colaborativas interinstitucionais que forneçam a oferta de serviços nas áreas da saúde, assistência social, jurídica, trabalho, esporte e lazer e de atendimentos educacionais especializados [...] (BELÉM, 2007).

O Plano Municipal de Educação de Belém (PME 2015-2025) foi aprovado através da Lei nº 9.129 em 24 de junho de 2015, com vigência de 10 anos, no qual são também estabelecidas as diretrizes, as metas e as estratégias para a educação no município de Belém. Nele propõem-se ações que visam promover a melhoria da qualidade da educação com a ampliação do investimento, assegurando a qualidade e equidade no atendimento às necessidades de expansão; a valorização dos trabalhadores da educação; e o desenvolvimento da política de educação inclusiva, intensificando esforços para implementar e consolidar políticas educacionais e a elevação da qualidade do ensino escolar. A meta 4 deste plano refere-se à Educação Especial. Esta meta prevê a universalização do acesso à Educação Básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos público-alvo da Educação Especial, na faixa etária de quatro (04) a dezessete (17) anos matriculados em escolas públicas da rede regular de ensino. Para tanto, estabeleceu-se um conjunto de vinte e três (23) estratégias a serem implementadas durante a vigência deste plano, as quais transitam pela ampliação da oferta de vagas na rede de ensino, realização de parcerias, investimento na formação de professores, criação de centros construídos por equipes multiprofissionais, oferta de recursos tecnológicos e materiais didáticos pedagógicos para equipar as salas de recursos multifuncionais, dentre outras estratégias (BELÉM, 2015).

No projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2016) os projetos em andamento na área da educação visam: Construir e ampliar as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino; Realizar melhoria na infraestrutura da rede física das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino; Construir quadras esportivas escolares completas; Construir e ampliar as Salas de Recursos Multifuncionais. Com o objetivo de garantir o acesso e a permanência à educação básica e suas modalidades com qualidade, sustentabilidade socioambiental, elevando o atendimento e a qualidade do ensino escola, a SEMEC apresenta como meta:

Elevar a nota do IDEB do ensino fundamental para 6; Ampliar em pelo menos 50% o número de matrículas nas creches; Universalizar a Educação Infantil (Pré-Escola) e Ensino Fundamental de 09 anos; Elevar progressivamente em 50% o atendimento em creches para população de 0 a 03 anos; Construir e ampliar as Salas de Recursos Multifuncionais em pelo menos 80% das Escolas da RME; Construir 26 escolas de Educação Infantil e 16 de Ensino Fundamental com área recreativa e de lazer (BELÉM, 2016, p.79/80).

O plano Plurianual (PPA 2017) agrega as diretrizes para a atuação da administração municipal na prestação de serviços públicos, garantia dos direitos sociais, econômicos e políticos, o acesso digno aos espaços urbanos e a qualidade na gestão pública. Ele constitui-se

o planejamento para a atuação do governo municipal. Neste documento são estabelecidos os Programas governo por eixos temáticos, os objetivos, as metas, as ações e os Indicadores da Administração Pública para o período de quatro anos, identificando as prioridades do Governo com os planejamentos setoriais. A educação compõe o eixo **Melhoria da qualidade de vida e justiça social**, tem-se como estratégia: ampliar o acesso à educação de qualidade no município de Belém. No documento, a Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) tem como metas para o período de 2018 a 2021:

Ampliar de 5.914 para 6.232 o quantitativo de servidores na área de educação;
Atender 6.231 servidores da educação básica em programas de formação; Ampliar de 5.177 para 5.737 (10,8%) o atendimento em creches às crianças de 0 a 3 anos em tempo integral; Ampliar de 15.887 para 18.853 (18,75%) o atendimento em Pré-Escola para crianças de 4 a 5 anos em tempo parcial (2.976 matrículas); Ampliar de 42.297 para 46.103 (9%) o atendimento no Ensino Fundamental (3.806 matrículas) (BELÉM, 2017, p. 77/82).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados apontam para um crescimento do número de matrícula de alunos público-alvo da educação especial na rede pública de ensino de Belém nos últimos cinco (05) anos, também houve ampliação do número de salas de recursos e investimento formação de professores.

Em relação ao Ensino no município de Belém, os dados apontam para um crescimento de aproximadamente 10% na matrícula na educação infantil na rede municipal nos últimos cinco (05) anos. Em 2014, de acordo com os dados do Anuário Estatístico do Município de Belém, havia quinze mil, quinhentos e trinta (18.530) crianças matriculadas na educação infantil e em 2018 esse quantitativo saltou para vinte mil, trezentos e quatorze (20.314), o que representa um crescimento de mil, setecentos e oitenta e quatro (1.784) matrículas, representando um crescimento de 9,62 % em cinco anos. Já em relação ao ensino fundamental, ocorreu um decréscimo consecutivo no período analisado. Em 2014, tinha quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e quatro (42.784), reduzindo para quarenta e dois mil, quatrocentos (42.400) em 2018 (BELÉM, 2019).

A respeito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os dados obtidos do Plano Plurianual (2017) apontam que o quantitativo de alunos AEE atendidos pela RME cresceu de 580 em 2013 para 2.260 alunos no ano de 2016, um salto de aproximadamente 290%, resultado do investimento na ampliação do número de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), na qualificação do servidor da área educacional e na adoção de um currículo que evidencia o respeito à diversidade (BELÉM, 2017). Na esfera da Rede Municipal de Ensino de Belém, houve um crescimento no número de SRM para a oferta do Atendimento Educacional Especializado, sendo que em 2013 havia 33 salas, e em 2014 o número aumentou para 41. Em 2017, havia 56 SRM com previsão para chegar em 70 até 2021, de acordo com o Plano Plurianual (PPA 2018-2021).

Sobre a infraestrutura da rede municipal de ensino de Belém, os dados revelam reforma de quarenta e seis (46) unidades escolares para atender os requisitos de acessibilidade arquitetônica. Além disso, outras novas 14 unidades estão prevista de serem construídas nos próximos dois anos, sendo 12 de Unidade de Educação Infantil e duas escolas para o Ensino Fundamental.

A qualificação dos profissionais da Educação Básica é outro aspecto apontado nos documentos municipais como estratégia fundamental para melhorar a qualidade da educação básica na rede municipal de ensino de Belém, qualificar o atendimento aos alunos com

deficiência nas escolas públicas e garantir a construção do sistema educacional inclusivo. (BELÉM, 2007, 2015; 2016; 2017).

Um sistema educacional inclusivo é:

aquele que garante o acesso ao estabelecimento educacional (garanta a matrícula e a permanência do aluno) e que ofereça, quando necessário, atendimento educacional especializado para complementar ou suplementar o atendimento escolar oferecido prioritariamente em salas de recursos multifuncionais (KASSAR, 2011, p.76).

Para potencializar o desenvolvimento da Educação Especial na perspectiva inclusiva, o Ministério da Educação (MEC) implantou, em 2007, o programa de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais, que objetiva apoiar os sistemas de ensino no Atendimento Educacional Especializado (AEE), para complementar e suplementar a escolarização de alunos com deficiência, TGD, TEA e altas habilidades/superdotação matriculados nas escolas da rede pública estadual e municipal de ensino; e o Programa Escola Acessível, que busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais, a fim de promover acessibilidade nas redes públicas de ensino.

Diante dos dados coletados e parcialmente analisados na pesquisa exploratória, observou-se que a Secretaria Municipal de Educação de Belém tem nos últimos cinco anos empreendido ações que favorece a educação especial na perspectiva de educação inclusiva com criação de salas de recursos multifuncionais nas escolas da rede municipal, ampliação na oferta do AEE na rede municipal, formação continuada em serviço tanto de professores da classe regular quanto para o atendimento educacional especializado, dentre outras ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de Educação Especial no município de Belém formulada desde a virada do século XXI até a atualidade tem se materializado em programas e ações governamentais direcionados ao atendimento do público-alvo da educação especial no município de Belém, numa perspectiva de educação inclusiva. O plano Municipal de educação de Belém 2015-2025, orientador da política educacional local, segue determinações do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Conclui-se que a política de educação especial no município de Belém tem gradativamente trilhado caminho em direção a construção de uma cultura inclusiva na rede pública de ensino. Os caminhos percorridos entre a proposição de tal política e a implementação da mesma tem-se trilhados longos e árduos percursos. Mas diante do atual cenário político, econômico e social que se configura em nosso país com elevados corte de verbas para os serviços públicos, a garantia de manutenção dos direitos sociais conquistados ao longo dos últimos anos são incertos. “A inclusão é um processo que leva tempo porque envolve além do acesso, a permanência e o sucesso na escola” (MENDES, 2010, p.32).

Palavras-chave: Políticas públicas, Educação especial, Educação inclusiva, Belém.

REFERÊNCIAS

BELÉM. Conselho Municipal da Educação. **Resolução n. 012 de 23 de maio de 2007.** Fixa diretrizes, normas educacionais e pedagógicas para o atendimento dos educandos com necessidades especiais no Sistema Municipal de Ensino de Belém. Belém, PA, 2007. Disponível em: http://cmebelem.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Res12_07.pdf . Acesso: 27/06/2019.

BELÉM. **Lei n. 9.129, de 24 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação de Belém e dá outras providências. Belém, PA, 24 jun. 2015.

BELEM. Prefeitura Municipal de Belém. **Projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2016-2018).** Belém-PA, 2016.

BELEM. Prefeitura Municipal de Belém. **Plano Plurianual (PPA 2018-2021), de julho de 2017.** Belém-PA, 2017.

BELÉM. Prefeitura Municipal de Belém. **Anuário Estatístico do Município de Belém.** Belém, 2019. Disponível em: <http://anuario.belem.pa.gov.br/index.php/tabela-educacao/>. Acesso: 10/08/2019.

FRANCO, M.L.P.B. **Análise de conteúdo.** Brasília: Plano Editora, 2003.

KASSAR, M.C.M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n41/05.pdf>. Acesso em: 26/07/2019.

MENDES, E.G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches.** Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2010.

OLIVEIRA, I. A. **Relatório de Caracterização do município de Belém. Observatório Nacional de Educação Especial/ONEESP, 2012.** Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:g41d4i6DlswJ:www.oneesp.ufscar.br/cara+ct+belem+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em 20/06/2019.